

REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO NA ZONA RURAL

Paulo José de Lara Dante¹

RESUMO

Qualquer política que busque melhorar a qualidade de ensino da escola pública estadual não pode deixar de fora a escola da zona rural, na qual os problemas apresentados são da maior gravidade, como o isolamento, a precariedade, a multisseriação e a terminalidade antecipada. A Secretaria da Educação, através da FDE e demais órgãos envolvidos com a problemática (CEI, COGSP, CENP, DRUH, DREs e DEs, Secretarias da Saúde, Meio Ambiente, Agricultura e Prefeituras Municipais), desenvolveu, a partir de um diagnóstico, um programa para a escola da zona rural. Após dois anos da sua implantação, são objetivos, para o próximo biênio, a continuidade do seu incentivo e o aprimoramento do processo pedagógico, assim como a consolidação de ações de apoio nas áreas de administração do transporte escolar, saneamento rural, meio ambiente e de desenvolvimento sócio-econômico da comunidade. Demos passos importantes, mas não eliminamos os focos de precariedade que resultam na baixa qualidade de ensino.

¹Coordenador do Programa de Reestruturação do Ensino Público localizado na Zona Rural, da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE).
Informações Econômicas, SP, v.23 (Supl.1), 1-58, 1993.

1 - INTRODUÇÃO

Em 1989, das 2.290.893 pessoas com dez anos de idade ou mais, com situação de domicílio rural, 16,9% não possuíam instrução, 17,1% tinham até 2 anos de estudo e apenas 40,9% tinham atingido 4 anos de instrução.

Nesse mesmo ano, a população de estudantes com situação de domicílio na área rural era de 638.428 pessoas, das quais 550.992 freqüentavam o 1º grau. Desses estudantes, cerca de 35,0% estudavam em escolas na zona rural, que ofereciam, no máximo, 4 anos de escolaridade. Outros, utilizando-se de transporte, percorriam trechos e completavam seus estudos na sede do município.

As unidades de ensino multisseriadas, existentes na zona rural, somavam quase 10.000. A grande maioria não oferecia as condições mínimas para uma situação de aprendizagem, pois apresentavam-se precárias, algumas abandonadas e muito distantes da comunidade. Essas condições concorriam para o favorecimento de uma terminalidade antecipada de escolaridade, associada a uma qualidade péssima de ensino. Os alunos mal aprendiam a ler, escrever e operar conteúdos da matemática.

A falta de uma base educacional acabava por gerar deficiências no futuro trabalhador do campo, desqualificando-o totalmente. Essa situação condenava por antecipação o jovem, que não tinha outra alternativa senão retirar-se para um centro maior, a fim de buscar oportunidades para aprender uma profissão através de ensaios e erros.

2 - JUSTIFICATIVA

Foi avaliando esse contexto que o então Secretário de Educação Dr. Chopin Tavares de Lima, homem afeto às questões sociais e preocupado com a educação rural, constituiu uma equipe de profissionais especialistas, na Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), para promover estudos e apresentar a proposta de reestruturação do ensino na zona rural.

3 - PROGRAMA

Com base em um diagnóstico realizado no ano de 1988, a equipe elaborou o documento "Repensando a Escola Rural", que foi discutido em todo o Estado de São Paulo, com produtores, professores e autoridades políticas, gerando, como consequência, a "Reestruturação do Ensino nas Escolas Públicas da Zona Rural", referendado pelo decreto nº 29.499/89. Com base no decreto, a Secretaria da Educação desenvolveu, em todo o interior, uma política de agrupar escolas (unidades que recebem alunos de várias escolas unidocentes, que foram desativadas), objetivando a melhoria da qualidade de ensino e de vida daquela população.

4 - EVOLUÇÃO DO PROGRAMA

Basta viajar pelo interior do Estado, na zona rural, para observar os resultados da reestruturação das escolas rurais. A maioria das escolas multisseriadas, precárias e

desestimulantes, foram extintas e deram lugar às escolas agrupadas, muitas delas construídas dentro dos mais modernos conceitos pedagógicos.

Essa evolução permitiu quebrar de vez o desmotivante e frustrante ensino multisseriado, no qual trabalhavam simultaneamente as quatro séries em uma mesma sala de aula. É possível observar professores constituindo grupos de estudo para desenvolvimento de trabalhos de alfabetização, dada a oportunidade de poderem contar com outros colegas ao seu lado, na mesma unidade de ensino. O programa propiciou a contratação de técnicos agrícolas, pelo BANESER, tornando possível a geração de atividades integradas de enriquecimento curricular, o que leva a verificar, com frequência, o alunado praticando e desenvolvendo habilidades técnicas inerentes ao campo, integradas às áreas de língua portuguesa, matemática, geografia, história, etc.

É comum verificar, junto às escolas agrupadas, construções de apoio social para a assistência à saúde, postos de correio, produção de viveiros, pontos de reunião da comunidade, segurança, etc., que integram e provocam uma melhoria de vida da população.

Não é raro ver alunos sendo transportados com segurança, em ônibus e peruas, em todo o interior do Estado, única maneira de viabilizar o programa. São comuns as expressões de pais valorizando a educação de seus filhos e a si próprio, enquanto população que se vê tratada com dignidade, já que as conquistas representam respeito à sua existência enquanto lavrador.

5 - SÍNTESE E FUTURO - EVOLUÇÃO

Antes do decreto, 136 municípios possuíam escolas agrupadas, número este ampliado para 415 em 1989, após implementação do programa. Das 8.835 escolas multisseriadas, 4.786 deixaram de existir e as escolas agrupadas foram ampliadas de 204 para 1.506 unidades no Estado. Praticamente extinguiu-se o ensino multisseriado de quatro séries, dando lugar ao ensino por série específica ou, quando muito, por bi-série 1ª, 2ª, 3ª e 4ª que já traduz uma grande melhora pedagógica e de aprendizagem. No entanto, longe de ser o ideal, é necessário dar continuidade ao programa estabelecido, para que o futuro consolide o avanço.

Assim, é necessário atuar junto aos professores alfabetizadores para que atualizem seus métodos, esquecendo as práticas cartilhescas, ainda em moda na zona rural; permitir maior participação do alunado e da comunidade, buscando maior flexibilidade do currículo; criação de um calendário agrícola; estímulo ao ensino gestor do associativismo e cooperativismo com prática na escola e mudança no processo de avaliação, evitando a retenção; permitir que as indústrias assinem convênios com as escolas rurais, de modo a desenvolver ações integradas para formar o trabalhador, qualificando-o para atuar e viver no campo.

É preciso preparar a escola do futuro, alicerçada numa proposta, antes de tudo ousada, estimulante e ampliada pela sua cooparticipação, para ser capaz de dar resposta a um País que precisa ser competitivo, estimulando a qualidade e pro